

## *Caminhos da Água – Paisagens e Usos na Longa Duração*

Coordenado por Manuela Martins, Isabel Vaz de Freitas e M<sup>a</sup> Isabel del Val Valdivieso, veio a lume o livro *Caminhos da Água – Paisagens e Usos na Longa Duração*, edição do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Universidade do Minho, Braga, datado de Maio de 2012. ISBN: 978-989-975558-8-8, 293 páginas, ilustradas.

Reúne o volume as contribuições apresentadas no I Seminário «Água. Abastecimento, Construções, Gestão e Sociabilidade», realizado na Universidade do Minho a 6 de Novembro de 2009. Pertencem as coordenadoras às três Universidades (Minho, Portucalense e Valladolid), cujos investigadores estão empenhados no projecto com esse nome

A estruturação do volume obedece a uma perspectiva cronológica (épocas romana, medieval, moderna e contemporânea), partindo das informações colhidas quer mediante a investigação arqueológica quer através de cuidadosa consulta a fundos arquivísticos e minuciosa análise às fontes iconográficas, nem sempre tidas em consideração neste tipo de estudos.

Assim, Manuela Martins e Maria do Carmo Ribeiro fazem uma primeira abordagem da gestão e do uso da água na Braga romana (p. 9-52).

Frédéric Trément estuda o que se passou de finais da Idade do Ferro aos primórdios da época romana «entre campos e pântanos» na grande planície francesa da Limagne, sita no Maciço Central, cuja fertilidade é, desde longa data, reconhecida (p. 53-75).

No que concerne à Península Itálica, coube a Pier Luigi Dall’Aglio e a Carlotta Franceschelli darem conta do que puderam observar acerca das intervenções levadas a cabo na planície do Pó, tendo em conta um bom aproveitamento dos recursos hídricos, no tempo dos romanos (a centurição) e na época subsequente, em que coube às comunas essa gestão territorial (p. 77-104).

A presença da água nas explorações mineiras determinou sempre especiais cuidados de segurança, por exemplo; esse o objectivo da análise feita por Carla Maria Braz Martins em minas romanas do Noroeste peninsular: Covas (Vila Nova da Cerveira), Serra de Santa Justa e Pias (Valongo), Três Minas (Vila Pouca de Aguiar) e Barca de Alva (p. 105-123).

Olatz Villanueva Zubizarreta e Juan Carlos Martín Cea, ambos da Universidade de Valladolid, escolheram para estudo a «cultura da água» como património imaterial, nas cidades medievais da bacia hidrográfica do Douro, em Castela (p. 125-141).

María Isabel del Val Valdivieso e Juan Antonio Bonachía Hernando analisaram, por seu turno, as manifestações, na sociedade castelhana da Baixa Idade Média, de uma visível consciencialização em relação à necessidade de bem gerir os recursos hídricos (p. 143-161).

«A água no *Livro das Fortalezas* de Duarte d’Armas» foi o tema escolhido por Isabel Vaz de Freitas (p. 163-177).

Maria do Carmo Ribeiro e Manuela Martins observaram o livro da cidade de Braga, datado de 1737, na perspectiva do abastecimento de água à cidade, com especial referência às fontes aí citadas (p. 179-222).

Também os mosteiros cistercienses do Minho tiveram, no Antigo Regime, uma «política de recursos hídricos»: sobre isso escreve Salvador Magalhães Mota (p. 223-235).

E, afinal, aí pelas últimas décadas de Setecentos», o Douro era, ainda, «um rio selvagem», conta António Barros Cardoso (p. 237-251).

Um Douro cuja «barra» já nesse século XVIII merecia a maior atenção, dada a necessidade de se manter navegável e de ser bom porto de abrigo, numa época de comércio intenso: dessas preocupações, bem patentes na documentação da época, nos fala Ana Sílvia Albuquerque Nunes (p. 253-265).

Finalmente, Francisco da Silva Costa esclarece-nos como é que devemos lidar inteligentemente com o Arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte, para dele podermos retirar o maior número de informações, apresentando como estudo de caso a bacia hidrográfica do Ave e os processos de licenciamento em domínio público hídrico (p. 267-293).

Adequada maquetização e a inserção de resumos na língua em que foi redigido o texto e em inglês, no final de cada contribuição, constituem, para além dos enunciados conteúdos, complementar convite à leitura e à reflexão sobre uma temática, que está presente, ficamos a saber melhor, na gestão pública de todos os tempos.

*José d'Encarnação*

Publicado no *Cyberjornal*, edição de 17 de Fevereiro de 2013:

[http://www.cyberjornal.net/index.php?option=com\\_content&task=view&id=17876&Itemid=67](http://www.cyberjornal.net/index.php?option=com_content&task=view&id=17876&Itemid=67)

Divulgado, na mesma data, através de *archport*:

<http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/msg15592.html>

